



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

DESAFIOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS OU CEGOS NA REDE REGULAR DE ENSINO

ANTENOR DE OLIVEIRA SILVA NETO
EMERSON DOS SANTOS LIMA
JOSÉ CARNEIRO DE ALMEIDA FILHO

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Resumo

O presente trabalho trata dos desafios que os professores enfrentam em suas práticas pedagógicas para que aconteça uma educação de qualidade na qual possa incluir a todos. O objetivo deste estudo é de contribuir para que facilite o processo ensino-aprendizagem, em especial de alunos cegos ou com alguma deficiência visual na rede regular de ensino. O desenvolvimento deste estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, de acordo com Gil (1999), Azevedo (2004), Tessaro (2005), Soler (2005), Carvalho (2008), entre outros. Constatou-se que a inclusão de deficientes visuais ou cegos requer uma preparação profissional de qualidade, na qual possa oferecer informações sobre estratégias de ensino que o auxilie no processo inclusivo do aluno.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Deficiência Visual, Desafios Pedagógicos.

Resumen

El presente trabajo trata de los desafíos que los profesores enfrentan en sus prácticas pedagógicas para que ocurra una educación de calidad en la cual se pueda incluir a todos. El objetivo de este estudio es de contribuir para que facilite el proceso enseñanza y aprendizaje, en especial de alumnos ciegos o con alguna deficiencia visual en la red regular de enseñanza. El desarrollo de este estudio fue realizado a través de una búsqueda bibliográfica de carácter exploratorio, basados en autores como Gil (1999), Azevedo (2004), Tessaro (2005), Soler (2005), Carvalho (2008), entre otros. Se ha constatado que la inclusión de deficientes visuales o ciegos requiere una preparación profesional de calidad, en la cual se pueda ofrecer información sobre estrategias de enseñanza que lo ayude en el proceso inclusivo del alumno.

Palabras-clave: Educación Inclusiva. Deficiencia Visual. Desafíos Pedagógicos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “Desafios nas Práticas Pedagógicas para Inclusão de Deficientes Visuais ou Cegos na Rede Regular de Ensino” surgiu de experiências e desafios vividos no cotidiano e das práticas desenvolvidas sobre a inclusão de deficientes visuais. Será que os educadores em suas práticas pedagógicas estão preparados para corresponder com a aprendizagem de deficientes visuais ou cegos na rede regular de ensino? Afinal, sabe-se que muitas são as dificuldades enfrentadas pela educação em nosso país.

A escolha do tema justifica-se a partir dos estudos de Salamanca (1994), que é de relevância por mostrar propostas de uma escola aberta para as diferenças, ampliando a discussão sobre esta temática, reforçando a reflexão e o

comprometimento para com a Educação Inclusiva, reconhecendo a necessidade e urgência de providências da educação para todos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

Segundo Salamanca (1994), a Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades das crianças, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem.

A educação inclusiva ainda é um tema que está em grandes discussões, existindo bastantes estudos na área, no entanto, identifica-se um número pequeno de trabalhos com ênfase na deficiência visual em relação a outros níveis de deficiências, como a intelectual, por exemplo, que é bem maior em quantidade de estudos no Brasil.

O objetivo deste trabalho é de contribuir para facilitar as práticas pedagógicas, vencendo possíveis desafios impostos no dia a dia em sala de aula, nos quais proporcionem resultados positivos para estes alunos, além de reconhecer as dificuldades que os professores enfrentam no processo ensino-aprendizagem, despertar reflexões sobre estratégias de ensino com alunos que possuem deficiência visual ou que são cegos na rede regular de ensino.

O desenvolvimento metodológico deste estudo ancora-se numa pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva e de abordagem exploratória sobre a inclusão de deficientes visuais e cegos, onde foram realizados alguns levantamentos embasados nas leituras a respeito do tema abordado, constatando que a inclusão de deficientes visuais requer uma preparação profissional de qualidade, na qual possa oferecer informações sobre estratégias de ensino que auxiliem o professor no processo de inclusão do aluno.

Gil (1999) afirma que uma pesquisa é exploratória quando envolve levantamento bibliográfico, ou também através de entrevistas com pessoas que obtiveram experiências práticas relacionadas ao problema pesquisado. Ela ainda afirma que este tipo de pesquisa visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato.

Após levantamento bibliográfico realizado por meio de livros, pesquisa descritiva, revista científica, periódicos e leis, acredita-se que este estudo irá contribuir com ampliação do conhecimento científico, além de indicar possibilidades de desafios a Educação Inclusiva, fundamentando práticas pedagógicas mais eficazes.

Este trabalho estruturou-se por meio de uma revisão literária, fazendo um levantamento sobre questões referentes às Políticas Públicas da Educação enfatizando à LDB, em seguida fala da Deficiência Visual ou Cegueira na Educação do Ensino Regular, também retrata das Conscientizações e Possíveis Posturas que Facilitam o Processo de Inclusão, por último as considerações finais.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

No Brasil, os estudos sobre as políticas públicas se fortaleceram na década de 1980, na perspectiva da construção de novos padrões de política, visando uma democratização do estudo e da sociedade. Um fator que também contribuiu ao direcionamento destes estudos foi o movimento da globalização, devido às novas tendências de articulação da produção e dos mercados.

De acordo com Lanni,

O mercado surge então como um verdadeiro professor, o próprio grande irmão com uma linguagem hipnótica e universal, que sinaliza e gesticula, com sua mão invisível, para a busca do interesse próprio, o amor ao dinheiro, o aspecto insaciável por bens, a satisfação pessoal e inata, a escravidão às imagens, seja através do jornal, da novela, do esporte, do filme, do desenho, do musical, e do circo ou do especial. (LANNI, 2003 p.126)

Afinal, vivemos a era das competências, o que obriga a trabalhar e a ajustar-se ao mercado proposto por esse modo produtivo, um currículo visando à formação integral e que se curvem às necessidades do mercado profissional. Essa política vem trazendo grandes discussões no processo de globalização, transformações no mundo do trabalho. Portanto, passou a repercutir na definição das políticas educacionais. Dessa forma têm sido debatidas reformas que passam os sistemas educacionais denunciando-se os interesses políticos que as orientam.

Azevedo (2004, p.24) afirma que a educação é uma função essencialmente social, o Estado não pode desinteressar-se dela, pelo contrário, tudo o que seja educação deve estar submetido a sua influência. Com base nisso, deve-se considerar que a complexificação do Estado, decorrente da sua intervenção na sociedade e da implementação de políticas públicas, objetiva promover o bem - estar do cidadão em áreas como administrativas, políticas, social, saúde e educacional.

Em relação à educação, tudo o que seja voltado a esta área deve estar submetido à influência do Estado, que possui uma organicidade na busca de um reordenamento da educação. Os dirigentes de uma administração popular e

democrática devem ser os protagonistas na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o conjunto da sociedade, com ações e estratégias que proporcionem uma educação como direitos sociais dos cidadãos em nosso país, contribuindo politicamente com métodos e práticas que se aproximem da construção de uma sociedade justa, solidária, que dignifique a vida humana.

Para Azevedo (2004), a democratização do Estado e da Sociedade favorece para o fortalecimento dos estudos voltados para as políticas públicas. Neste sentido, como em outras áreas voltadas para questão social, no campo educacional passou-se a produzir estudos que contribuem para o debate de possíveis caminhos teórico – metodológico na investigação da educação como uma política social de natureza pública.

A junção destas esferas, União, Estado, Distrito Federal e Municípios visam uma gestão democrática do ensino público e privado, devendo acontecer em parceria com educadores e a sociedade, visando à universalização da educação escolar. Afinal é preciso abrir espaço para colaboração de todos para que a ação política educacional obtenha resultados positivos.

A Legislação educacional brasileira também tem a responsabilidade da organização e o funcionamento da educação em nosso país. Cabendo as três esferas administrativas: Municipal, Estadual e Federal, conforme estabelecem a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), obedecerem ao que diz respeito as suas obrigações.

O Art. 8º da LDB 9394/96 expressa que:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Cabe a União coordenar a Política Nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. (BRASIL, 1996)

É preciso estar consciente para entender o verdadeiro papel das instituições, porque todos são responsáveis pelas estruturas, leis e normas que definem as limitações e possibilidades do agir social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação surge para contribuir no funcionamento do ensino, trazendo orientações e estabelecendo normas que devem ser respeitadas e cumpridas.

Darido, (2005, p.52) relata que:

A LDB trouxe consigo uma série de mudanças, dentre as quais podemos destacar: a mudança da estrutura didática, a autonomia dada às escolas e aos sistemas de ensino federal, estaduais, municipais e privados, e o enfoque dado a formação do cidadão. (DARIDO, 2005, p.52)

Essas mudanças causam transformações radicais na estrutura administrativa e pedagógica favorecendo a um novo perfil profissional, no qual os docentes sejam mais capacitados, preparados cientificamente. Dessa maneira aumenta a contribuição dos educadores para que realmente aconteça uma educação de qualidade.

Outro fator é a questão da autonomia dada às escolas, onde esta define a organização do seu trabalho pedagógico, que deve ser construído de forma coletiva por todos envolvidos como: professores, pais, alunos e direção (DARIDO, 2005). A LDB 9.394/96 explica que as propostas pedagógicas, definidas como projeto político pedagógico proporcionam as escolas oportunidade de desenvolverem suas práticas de acordo com a sua realidade. Fazendo com que as decisões sejam tomadas por parte dos que estão envolvidos pela própria escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem como função principal, como atesta o seu Art. 1º §1º, disciplinar a educação escolar, ou seja, tem como foco organizar o sistema escolar brasileiro. (BRASIL, 1996).

Nestes documentos que compõem esta proposta, o respeito à diversidade é o principal eixo da proposta. Atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar, de forma que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos. A concepção filosófica que estes documentos trazem é de mudança qualitativa, favorecendo a um desenvolvimento do indivíduo como um todo.

Uma das grandes novidades desta lei foi a divisão da educação escolar brasileira em dois níveis: educação básica e educação superior.

Como afirma Brasil:

A Educação Básica é formada pela função da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e tem como objetivo o desenvolvimento do aluno, sua preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de

trabalho. (BRASIL, 1996, p. 57)

Neste sentido, o desenvolvimento do educando é uma das finalidades da Educação Básica, que seja realizada de forma integral, no qual desenvolva o social, psicológico, físico e intelectual. Proporcionando uma educação que ofereça meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. “A Educação Superior objetiva o desenvolvimento científico e do pensamento refletido, incentivando a trabalhos de pesquisa, com finalidades de formar profissionais nas diferentes áreas do saber”. (LIBANEO, 2005, p. 252).

Essa didática reflexiva, o trabalho com o aluno como um todo, segundo a LDB deve ser contemplada para todos sem algum tipo de restrições ou preconceitos.

Em se tratando de educação especial esta mesma lei em seu Artigo 58, traz: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais”. A tarefa é transformar em um sistema que reconheça e valorize a diversidade, favorecendo a todos os envolvidos nesse processo.

O interesse de incluir pessoas com algum tipo de deficiência na rede regular de ensino aparece bem antes da promulgação desta lei (LDB), foi após a Declaração Mundial de Educação e a de Salamanca que houve uma mudança de pensamento mais forte, propiciando oportunidades iguais para todos.

Declaração de Salamanca foi uma Conferência Mundial de Educação Especial, com representação de 88 Governos e 25 Organizações Internacionais, aconteceu entre 7 e 10 de junho de 1994, tendo como compromisso, objetivo principal uma Educação para todos. (SOLER, 2005).

Assegura que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional na rede regular de ensino, reafirmando o compromisso de Educação para todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos e reendossar a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (SALAMANCA, 1994).

A partir desta Declaração surge então um novo conceito, mais justo e democrático acabando com as diferenças. Um sistema de educação que eduque qualquer criança ou jovem, mesmo que ele não possa falar, ouvir, andar ou ver.

Uma escola comum, mas que der conta de saber educar qualquer criança, a tarefa não é fácil, sabemos das dificuldades do nosso sistema educacional, como falta de estrutura adequada, equipe capacitada, entre outros, mas por outro lado acredito que esta vivência, este contato mais direto não deixa de ser uma troca de experiências e desafios por todos envolvidos.

DEFICIÊNCIA VISUAL OU CEGUEIRA NA EDUCAÇÃO DO ENSINO REGULAR.

O funcionamento visual não satisfatório pode ser caracterizado por algum tipo de deficiência visual. Conforme Tessaro (2005), as definições de deficiência visual baseada no aspecto funcional variam de acordo com as finalidades a que pretendem servir. Podendo ser a visão de percurso, de sombra, proximal, distal e a cegueira educacional e ocupacional. A criança com deficiência visual, que tenha qualquer alteração na estrutura ou funcionamento do órgão da visão, para acompanhar o processo educacional necessita de professores especializados, adaptações curriculares, materiais adicionais de ensino, para ajudá-la em seu desenvolvimento de aprendizagem. De acordo com o grau de perda visual que o aluno tiver, determinará quais os procedimentos e os materiais a serem utilizados pelo professor para com este aluno. Por isso, o posicionamento e os esclarecimentos que o professor venha a possuir a respeito das formas metodológicas mais apropriadas para atender cada necessidade serão fundamentais para o sucesso da inclusão de deficientes visuais.

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares, na maioria das vezes são pelo despreparo dos seus professores. E também, em alguns exemplos por não acreditarem nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais. É um compromisso inadiável das escolas, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social.

As crianças cegas ou com visão reduzida inclusas na educação do ensino regular podem a partir desta oportunidade adquirir experiências, confiança necessária para viverem e trabalharem num mundo de pessoas com visão normal. Diniz (2007) afirma que “a deficiência visual não significa isolamento ou sofrimento, pois não há sentença biológica de fracasso por alguém não enxergar”.

Como pesquisas já comprovam os deficientes não são seres incapazes, por isso, consideramos suas limitações ao

mesmo tempo reconhecemos que a aprendizagem e a evolução como em qualquer ser humano realmente acontece. Barreiras e preconceitos infelizmente existem, mas podem e devem ser extintos, afinal, todos nós temos limitações e tudo vai depender de como lidar com elas. Dentre as várias ações executadas pelas escolas também inclui o desenvolvimento para o sucesso da vida social e profissional de todos os alunos.

A rede regular de ensino deve oferecer novas condições também através de modificações nos estabelecimentos de ensino e em todo o sistema educacional. A escola a fim de atender a todos deve estar sempre se preparando para receber todas as diferenças, perceber que cada ser humano é único e que todos são especiais: professores e alunos.

Deve-se reconhecer que as escolas passaram, e estão passando, por algumas transformações, como adaptações estruturais, curriculares, mudanças didático-pedagógicas e capacitação de professores; tudo para somar ao processo ensino-aprendizagem na rede regular de ensino.

Apesar dos grandes avanços educacionais no sentido de promover a inclusão, não podemos deixar de admitir que ainda temos que crescer e melhorar muito para que realmente se tenham escolas e profissionais capacitados para atender todas estas expectativas.

O professor deve ter certa sensibilização e utilizar de algumas estratégias que facilitem este processo ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que deve ter o cuidado de proceder de forma a não caracterizar interesse especial pelo aluno ou superproteção, mas atendê-lo conforme suas necessidades específicas para que tenha acesso ao conteúdo desenvolvido em sala de aula.

CONSCIENTIZAÇÕES E POSSÍVEIS POSTURAS QUE FACILITAM O PROCESSO DE INCLUSÃO.

Diante de tantas discussões e preconceito torna-se realidade a inclusão no Brasil. A maioria das escolas não estão adaptadas à inclusão por motivos de despreparo dos seus profissionais e suas estruturas e acompanhamento clínico que tem que esta junto ao corpo pedagógico da escola, para melhor assistir estas crianças. É preciso que este contrato seja cumprido pra se tornar uma escola inclusiva e, principalmente que defenda o acesso da criança nas escolas comuns pelo menos na faixa etária de 7 aos 14 anos, de acordo como, a Declaração Mundial da Educação afirma que é obrigatório para todos e qualquer aluno, com e sem deficiência.

Para Soler (2005) a falta de profissionais capacitados influencia neste processo, não deixando de reconhecer que o professor é o menos culpado, pois é fruto de uma formação deficitária. Os governantes devem proporcionar investimentos ao professor, através de cursos, programas assistenciais, uma bibliografia que o leve a refletir sobre suas práticas.

Diante da afirmativa é preciso reconhecer as dificuldades, o que não dar o direito destes profissionais agir com comodismo ou se posicionar de forma neutra, sem ao menos tentar, buscar melhorar, fazer diferente para que o melhor se possa conseguir.

Outro fator que também influencia bastante nesse processo de inclusão é o posicionamento da família, porque ela também exerce o papel de educar a criança. Através do comportamento familiar em relação à criança, os costumes, a cultura, que a criança com deficiência ou não interioriza, pode ser a alegria, a satisfação, ou o contrário, ou seja, o que se oferece a ela.

A família pode ser uma grande aliada, enfrentando junto com a escola as possíveis dificuldades apresentadas, buscar construir formas de sincronia entre escola e família, criando estratégias para que aconteça o melhor desenvolvimento de aprendizagem do aluno.

Os pais ou responsáveis de crianças que possuem algum tipo de deficiência devem ser orientados, alguns profissionais da escola podem ajudar a fazer este papel, para que assim eles compreendam melhor e possam contribuir verdadeiramente de maneira favorável. Afinal, muitas das vezes o preconceito vem da própria família e não se pode deixar de reconhecer que o bom convívio familiar é a base.

A relação de confiança da família para com a escola enquanto instituição séria e disponível pra ajudar pode favorecer a autonomia do aluno com deficiência visual ou cego tanto na própria escola, no lar, no seu meio social.

Para que esta relação de confiança realmente vigore não só por parte de quem tem algum familiar que possui alguma deficiência, mas por toda a sociedade, todos envolvidos neste processo devem estar comprometidos, assumindo responsabilidades. Os professores além de procurarem se aperfeiçoarem também pode interessar-se por utilizar-se de algumas estratégias que favoreçam a aprendizagem desses alunos cegos ou com baixa visão na rede regular de ensino.

A necessidade de se redefinir e de se colocar novas ações, alternativas e práticas pedagógicas, que favoreçam a todos os alunos, o que, implica na atualização e desenvolvimento de conceitos e atenção educacionais compatíveis com esses grandes desafios.

De acordo com Suely (2008), para os alunos de baixa visão recomenda-se a utilização de:

- 1) lápis 6B ou com grafite escuro;
- 2) hidrocor ou caneta esferográfica preta;
- 3) papel branco com pautas ampliadas e/ou reforçadas em preto;
- 4) textos ampliados manualmente ou em computador;
- 5) gravuras simples, com poucos detalhes, contrastes intensos, cores vivas e contornos bem definidos;
- 6) máximo de contraste: preto sobre branco ou branco sobre preto (no papel e no quadro-de-giz);
- 7) tiposcópio para leitura (serve como guia-de-linha e destaca o texto);
- 8) iluminação, preferencialmente, natural;
- 9) luminária com garras ou de pé, com haste flexível e lâmpadas fluorescentes ou incandescentes;
- 10) suporte inclinado para material de leitura e escrita.

Observações:

- 1) evitar papéis brilhosos para leitura;
- 2) permitir que o aluno sente-se próximo ao quadro-de-giz;
- 3) as sugestões acima não impedem que também se utilizem recursos ópticos, quando necessário;
- 4) É sugerido que o aluno seja avaliado por um especialista em baixa visão para que seja feita a prescrição adequada.

Também pode utilizar recursos ópticos para longe ou perto como o telescópio e os óculos bifocais, entre outros, lupas manuais ou de mesa que servem para ampliar o tamanho da fonte. Para as pessoas cegas a leitura pode ser feita pelo sistema Braille que é um meio de leitura conhecido universalmente.

É necessário também pensar nas questões ambientais estruturais, proporcionando ambientes adaptativos, fazendo com que os mesmos se familiarizem com o espaço físico, percursos, inclinações de terreno, diferenças no piso, informações úteis para prevenir acidentes, quedas e oferece-lhes mais independência.

Outra questão a ser colocada está relacionada às adaptações curriculares que são consideradas fatores primordiais para atender as necessidades educacionais especiais, uma vez que estas necessidades não são iguais ou as mesmas para todos, acarretando assim atenções específicas e recursos educacionais diferenciados dos alunos da mesma idade cronológica, Carvalho (2008). As adequações no sistema educacional devem contemplar as necessidades educacionais dos educandos, aderindo assim, necessárias alterações no conteúdo e no processo de avaliação e adaptações no método de ensino.

Um educador comprometido ajuda para o sucesso da assimilação dos seus alunos, facilita a eficácia da inclusão, o processo avaliativo, que por sinal deve ter algumas considerações dependendo de cada caso. É recomendado realizar exercícios ou provas orais, pode utilizar de salas multimídias, salas de apoio pedagógico, entre outros meios para obter melhores êxitos.

Percebe-se que possuem diversos recursos facilitadores para o desenvolvimento da aprendizagem, citamos alguns, mas existe vários outros, o que também cabe aos educadores investigar, ou seja, estudar, buscar mais informações para que se aprimore seus conhecimentos a respeito.

É compreensível que os alunos com baixa visão ou cegos possuem dificuldades que são óbvias, mas há outras que conseguem surpreender, por isso, são capazes de possuir autonomia, e merece respeito e compreensão de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão dos deficientes para a educação do ensino regular é sem dúvida um grande avanço, apesar de ser um grande desafio. Existem algumas problemáticas como é o caso da falta de capacitação profissional, ausência do trabalho em equipe, a não eficiência de alguns gestores e em algumas situações, o não cumprimento do que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20-12-1996. Problemas estes, dificultam para que o processo aconteça de forma eficaz.

Deve-se considerar que não somente depende da qualificação profissional do educador, mas de um conjunto de medidas e ações. O ambiente escolar deve estar preparado a este ensino, oferecer subsídios estruturais, financeiros, trabalhos interdisciplinares para acolher e promover condições democráticas de participação dos alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino aprendizagem.

Outro importante aspecto é a participação da família, que pode colaborar para pensar em estratégias que melhor possam favorecer a permanência e o desenvolvimento destas crianças na educação do ensino regular.

Apesar de todas estas dificuldades apontadas e outras mais provavelmente existentes, estudos comprovam que esta junção educacional dos deficientes aos ditos "normais", pode sim acontecer de forma favorável ao melhor desenvolvimento de todos envolvidos.

Quando retrato todos envolvidos é porque não se deve pensar que somente os deficientes serão contemplados, os “normais” também, afinal, além de “aprender” com eles, barreiras e preconceitos poderão ser quebrados, ocorrendo assim mais aceitação e respeito.

Neste trabalho em especial com ênfase ao deficiente de baixa visão ou cego, no qual cuidados com formas pedagógicas de ensino devem tentar compreender as dificuldades apontadas por estes alunos para a partir disso, aplicar formas mais apropriadas para cada situação. Mas para que isso ocorra, os professores devem possuir uma formação que o prepare, especializações, experiências vividas, tudo para contribuir a este tipo de educação de pessoas com deficiência.

A inclusão escolar envolve todos, sejam eles membros governamentais, profissionais da escola, pais e alunos.

É um caminho que exige uma constante troca, sensibilidade e afetividade de todos para que tenhamos um trabalho para a construção de uma sociedade mais digna, justa e com respeito às diversidades.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública: Polêmicas do Nosso Tempo**. 3 ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

BRASIL. **Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências. Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. **Declaração Mundial de Educação**. Ministério da Educação 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler, **Escola Inclusiva: a organização do trabalho pedagógico**. 1. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

DARIDO, Suraya Cristina, RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na Escola: Implicações para prática pedagógica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DINIZ, Débora, **O que é Deficiência**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIBANEO, José Carlos. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROMAGNOLLI, Suely Gloria Eastwood. **Inclusão do Aluno com Baixa Visão na Rede Pública de Ensino**. Curitiba: Programa de Desenvolvimento Educacional, 2008.

SOLER, Reinaldo, **Educação Física Inclusiva na Escola: em busca de uma escola plural**. 1.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão Escolar: Concepções de Professores e Alunos da Educação Regular e Especial**. 1.ed. São Paulo: Casa do psicólogo, 2011.

Formação em Educação Física (Unit), Pós Graduação em Educação Inclusiva e Libras (Fama), Mestrando em Educação (Unit), Participante do Núcleo de pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência - Nupieped (UFS). Email: antenoneto@hotmail.com

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Participante do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias da Informação (GETIC – UNIT). E-mail: emerson.lima.professor@hotmail.com

Bacharel em Serviço Social-UNIT, Especialista em Docência do Ensino Superior-UFAL, Especialista em Ciência da Educação-FNSL, Mestrando em Ciência da Educação-UNIT, Assistente Social-Laranjeiras, Professor Tutor Curso Serviço Social-UNIT, Professor Tutor Curso RDQ-IFS, Sócio da SBHE. E-mail: jcarneiroalmeida@yahoo.com.br

Recebido em: 17/07/2015

Aprovado em: 19/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: